

PANORAMA DA SEMANA

DE 27 DE ABRIL A 1 DE MAIO

MEDIDA PROVISÓRIA (MPV) 910/2019

Parlamentares ruralistas seguem pressionando o presidente Rodrigo Maia (DEM/RJ) e líderes da Câmara dos Deputados (CD) para que a **MPV 910/2019**, sobre a regularização fundiária, seja pautada nos próximos dias. Não existe consenso sobre o mérito do texto, que por sua vez apresenta problemas graves como o estímulo à crimes sociais e ambientais, além de premiar a invasão de terras públicas, grilagem e desmatamento. O dep. Alceu Moreira (MDC/RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), afirmou ao portal Congresso em Foco que *"Não é para caducar"*.

Na reunião da FPA realizada na semana passada, eles discutiram maneiras para que a matéria pudesse entrar em pauta, no entanto, não chegaram ao consenso do que realmente seria prioridade dentro do texto e quais pontos poderiam ser negociados. **Entidades da sociedade civil e parlamentares ambientalistas têm pressionado contra a deliberação para que o texto perca validade daqui há pouco menos de 20 dias.**

O presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, dep. Rodrigo Agostinho (PSB/SP), afirmou que tentarão pautar a MPV pelo dia **11 ou 12 de maio**. Entretanto, o dep. Fausto Pinato (PP/SP) apresentou requerimento na 5ª feira (30/04) para a inclusão do texto na Ordem do Dia.

Nesse contexto, é essencial a pressão sob parlamentares, com destaque aos líderes partidários e o presidente da Casa, para impedir a deliberação do texto.

TRANSFERÊNCIAS DE TERRAS DA UNIÃO PARA RORAIMA E AMAPÁ

Após a perda de validade da **MPV 901/2019**, deputados apresentaram o Projeto de Lei (**PL**) **1304/2020**, que trata da transferência de terras pertencentes à União para o domínio dos Estados de Roraima e Amapá. O texto apresentava problemas como a desobrigação do Zoneamento Ecológico-Econômico, o prazo de 1 ano para cumprimento das condições resolutivas e a permissão de transferência de terras mesmo sem georreferenciamento.

Na semana passada o Plenário da Câmara dos Deputados (CD) aprovou o Requerimento de urgência, o que possibilitou a aprovação do PL na última **4ª feira (29/04)**.

O substitutivo apresentado pelo dep. Acácio Favacho (PROS/AP) foi aprovado sem a alteração do Código Florestal, mas questões fundamentais como o georreferenciamento permaneceram.

O texto segue para apreciação do Senado Federal (SF).

MEDIDA PROVISÓRIA 915/2020

Na noite de 4ª feira (29/04) o Plenário da Câmara dos Deputados (CD) aprovou o texto base da **MPV 915/2020**, que dispõe a gestão e alienação dos imóveis da União. A proposição enviada ao Congresso Nacional (CN) pela Presidência da República em dezembro de 2019 contava com a possibilidade de **permitir a liberação de autorizações e licenças automaticamente por prescrição**.

O relatório do dep. Rodrigo de Castro (PSDB/MG), aprovado pela Câmara, retirou o trecho que dispunha sobre o licenciamento. Devido as mudanças apresentadas o texto segue tramitando no Congresso Nacional (CN) como o Projeto de Lei de Conversão (**PLV**) **9/2020**.

Na próxima 2ª feira (04/05), os deputados devem continuar a deliberação da matéria com o foco na **apreciação dos destaques apresentados pelos parlamentares**.

EXONERAÇÕES NO IBAMA

O desmonte da área ambiental no país segue sendo comandado pelo Governo Federal, com destaque ao Ministro Ricardo Salles. Após a exoneração do diretor de Proteção ambiental do Ibama, na semana passada, agora foi a vez da exoneração do coordenador de operações de fiscalização do Ibama, **Hugo Loss**, e o coordenador-geral de fiscalização ambiental, **Renê Luiz**. A **Ascema Nacional**, por meio de nota, articulação e entrevistas, segue denunciando a insegurança que os servidores da área ambiental vêm enfrentando.

Na mesma edição do Diário Oficial, publicada na 5ª feira (30/04), foram nomeados os novos coordenadores da área de fiscalização, sendo eles **Walter Magalhães** (coordenador-geral de fiscalização ambiental) e **Leslie Jardim Tavares** (coordenador de operações de fiscalização).

CONGELAMENTO DE SALÁRIOS

Excepcionalmente o Plenário do Senado Federal (SF) se reunirá no sábado (02/05) para deliberar o Projeto de Lei Complementar (**PLP**) **149/2019**, que estabelece auxílio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19; dispõe sobre a aplicação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Dentre as medidas do texto, cabe destacar que o texto prevê o **congelamento de salários de servidores até dezembro de 2021**.

A proposta foi acordado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado Federal (SF), Davi Alcolumbre (DEM/AP).

Diretoria Executiva
ASCEMA Nacional
